



Pedro Simon, relator na CAS, apresentou substitutivo com sugestões de três projetos



Romero Jucá é o autor de um dos projetos examinados pela comissão



Proposta de Antônio Carlos Valadares vai agora ao exame da Comissão de Justiça

## Lavagem de dinheiro pode dar até 18 anos de prisão

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem proposta que torna mais rigorosa a punição do crime de lavagem de dinheiro. A pena máxima pode chegar a 18 anos e a multa a R\$ 20 milhões. **Página 5**



Ao lado de Eduardo Suplicy, o líder do PFL, José Agripino (E), anunciou que seu partido votaria contra medida provisória

## Plenário vota créditos, mas oposição critica MPs

Medida que destina recursos de R\$ 15 milhões para o desenvolvimento do setor pesqueiro gera polêmica; senadores do Ceará protestam

**E**m meio a muita discussão, o Plenário do Senado aprovou ontem três medidas provisórias, duas das quais abrem créditos extraordinários – de R\$ 690,9 milhões e R\$ 385,263 milhões – para ministérios e diversos órgãos do governo

federal. A outra MP autoriza a Suframa a doar ao governo do estado do Amazonas um terreno de 1,5 milhão de metros quadrados na área de expansão do distrito industrial, ocupada pela comunidade de Nova Vitória.

**Página 3**

### Homenagem a campanha da CNBB

O Senado homenageou a Campanha da Fraternidade de 2007, cujo tema é “Fraternidade e Amazônia – Vida e missão neste chão”. **Página 8**



### Reforço da Capes na formação de professor

Substitutivo de Marisa Serrano (ao lado de Flávio Arns) que trata da formação de professor do ensino básico foi acolhido pela Comissão de Educação. **Página 2**

### Italianos têm interesse no PAC, diz Romano Prodi

Primeiro-ministro italiano faz revelação ao presidente do Senado, Renan Calheiros. **Página 7**



Renan acompanha o premiê Romano Prodi (D) à saída do Congresso Nacional



Comissão de Educação aprova projeto que modifica as competências e a estrutura organizacional da entidade responsável por avaliar os cursos de pós-graduação

## Capes poderá auxiliar na formação de professores do ensino básico

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – atualmente responsável pela formulação de políticas para a pós-graduação – poderá colaborar na formação de professores para a educação básica. A medida consta de projeto de lei de autoria do Poder Executivo, aprovado pela Câmara, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE).

A matéria (PLC 10/07) será ainda analisada pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática (CCT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ser votada em Plenário.

Na CE, o projeto foi acolhido na forma do substitutivo da relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), depois de longa discussão a respeito da ampliação do quadro funcional do organismo. Para atender às novas demandas, a Capes contará com mais 140 cargos de assistente, 270 cargos de analista em Ciência e Tecnologia e 52 cargos em comissão. Por sugestão do presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), acatada pela relatora, pelo menos 16 desses cargos comissionados deverão ser ocupados por servidores efetivos.

A Comissão de Ciência e Tecnologia deve votar hoje, em regime de urgência, parecer de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao mesmo projeto. De acordo com a proposição, a Capes – que



Marconi Perillo, Marisa Serrano, Paim, Zambiasi (ao fundo) e Arns debatem mudança

é responsável por mais da metade das bolsas de pós-graduação no país, pela avaliação de cursos de mestrado e doutorado e por financiamentos à produção e à cooperação científica – subsidiará o Ministério da Educação na “formulação de políticas de desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do país”.

### Contribuição à Previdência

Também recebeu parecer favorável da Comissão de Educação o PLS 313/06, de autoria de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que modifica a Lei 8.212/91 para permitir o abatimento das despesas de educação superior da contribuição patronal para a Previdência Social. A matéria será analisada pela Comissão de Assuntos So-

ciais (CAS).

Dois projetos foram acolhidos em decisão terminativa pela CE. O primeiro, o PLS 55/07, de Francisco Dornelles (PP-RJ), institui o Dia de Santo Antônio de Sant'Ana Galvão (Frei Galvão), a ser comemorado em 11 de maio, data da canonização do religioso pelo papa Bento XVI. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) foi o relator da proposta. O segundo, o PLS 242/06, de José Sarney (PMDB-AP), autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari (AP). O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) relatou do projeto.

Foi aprovado ainda pela comissão requerimento do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) para realização de audiências públicas destinadas à discussão de um plano de desenvolvimento de educação.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário comemora 85 anos do PCdoB

A sessão é deliberativa e começa às 14h. Na hora do expediente serão comemorados os 85 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Caso a pauta seja destrancada, o primeiro item da ordem do dia é a PEC que torna obrigatória a promoção por antiguidade de juiz que for indicado por duas vezes pelo tribunal competente.

### Subcomissões debatem efeito estufa

Às 9h30, as subcomissões do Aquecimento Global e de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas vão discutir o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) indicando mudanças no clima do planeta. Foram convidados para o debate a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o subsecretário para Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores, Everton Vargas.

### Câncer de mama e 13º salário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, a partir das 11h30, dez projetos. Em pauta está o que trata da alteração do período de pagamento de parcela do 13º salário. A Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde reúne-se às 14h30 para debater o combate ao câncer de mama no Brasil. Entre os convidados, o diretor-geral do Instituto Nacional de Câncer (Inca), Luiz Antônio Santini, e o presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, Diógenes Basegio.

### Orçamento

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se para analisar requerimento de audiência pública sobre a constitucionalidade das medidas provisórias de créditos extraordinários. Foram convidados os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Casa Civil, Dilma Rousseff.

### Biblioteca digital

No 2º Seminário Internacional de Assessoramento Institucional no Poder Legislativo, a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Vieira, e o analista de informática Constantin Kladis falam, às 16h15, a respeito da iniciativa da Casa de implantar sua biblioteca digital.



### Medidas provisórias

A comissão mista destinada a analisar a Medida Provisória 358/07 tem sua primeira reunião marcada para as 14h30. Em seguida, será instalada a comissão mista da MP 359/07.

### Biocombustíveis

A Subcomissão dos Biocombustíveis reúne-se às 10h para estabelecer cronograma de trabalho e votar requerimento de audiência para debater a produção do etanol.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Moraes  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana e Antônio Carlos Valadares

## José Maranhão: novas regras dão transparência ao Orçamento

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), disse em entrevista à TV Senado que as mudanças introduzidas pela Resolução 01/06 vão democratizar a comissão e “otimizar o trabalho de elaboração e votação das peças orçamentárias”. O Orçamento de 2008 será o primeiro confeccionado com base na resolução, aprovada em dezembro de 2006.

O senador ressalta que o número de integrantes caiu pela metade, passando a no máximo 42 parlamentares (11 senadores e 31 deputados), o que facilita a obtenção de quórum.

José Maranhão explicou que a CMO será totalmente renovada a cada sessão legislativa (anualmente). Outro avanço democrático será a redistribuição dos recursos relativos a remanejamentos – antes em poder da relatoria-geral. Agora as relatorias setoriais remanejarão 55% desses recursos e as comissões permanentes do Congresso Nacional, 25%. O restante será de responsabilidade da relatoria-geral.

– Os relatórios setoriais ganha-

rão em qualidade e o processo ficará mais ágil.

Maranhão acredita no fim dos atrasos na elaboração e votação do Orçamento da União, que não deve mais passar para o ano seguinte. A resolução também dificultará a manipulação irregular de verbas do Orçamento.

– Vou cumprir as normas com rigor e bom senso para evitar práticas que contribuam para o descrédito do Congresso – prometeu o senador, que chamou a atenção para o mecanismo destinado a impedir as chamadas obras inacabadas: as bancadas terão de assegurar os recursos para atender o cronograma das obras até o fim.



José Maranhão promete “cumprir as normas com rigor e bom senso”

## As principais mudanças na Comissão Mista de Orçamento

Aprovada em dezembro de 2006, a Resolução 01/06 altera os procedimentos de tramitação das leis orçamentárias e o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento. O Orçamento da União de 2008 será o primeiro a ser elaborado e votado sob as novas regras.

Veja as principais mudanças:

- o número de integrantes caiu de 84 para 40 (dez senadores e 30 deputados), facilitando a obtenção de quórum. Essa composição pode subir para 42 parlamentares, de modo a garantir duas vagas (uma no Senado e outra na Câmara) aos partidos minoritários que não alcancem a proporcionalidade exigida para participar das comissões;
- a cada sessão legislativa, isto é, a cada ano, a CMO será totalmente renovada em sua composição;
- haverá rodízio nas relatorias para não deixar que um mesmo partido ocupe uma das áreas setoriais por dois anos seguidos;
- também haverá rodízio no caso dos relatores das principais leis orçamentárias – a

de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Um mesmo parlamentar só poderá exercer uma dessas relatorias a cada legislatura (quatro anos);

- as transferências de recursos federais a entidades privadas terão de obedecer a novas exigências. Ampliadas de 20 para 25 para cada parlamentar, as emendas individuais terão de identificar as entidades beneficiadas e deverão observar as prioridades definidas no parecer preliminar do relator-geral;
- ficarão proibidas as chamadas “rachadinhas”, emendas de bancada genéricas, que permitiam acordos entre os parlamentares para a partilha de recursos a programas ou ações de interesse individual;
- para impedir as conhecidas “obras inacabadas”, as bancadas terão de assegurar os recursos destinados a atender, até o final, os cronogramas dos empreendimentos iniciados com suas emendas.

Governo aponta importância dos programas que receberão os recursos, mas oposição critica o excesso de medidas e os subsídios ao óleo de embarcações pesqueiras



Plenário do Senado ontem à noite: depois de muito debate, só três das dez medidas provisórias da pauta foram aprovadas

## Em meio a protesto contra uso de MPs, Senado aprova créditos

O Plenário do Senado aprovou ontem três medidas provisórias (MPs) em meio a protestos de senadores da oposição contrários ao uso desse instrumento para abertura de créditos extraordinários no Orçamento da União. A MP 333/06 abre crédito extraordinária no total de R\$ 690,9 milhões a diversos órgãos do governo federal. A matéria, que recebeu parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), vai à promulgação.

Ao encaminhar a votação, Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a aprovação destacando a importância de algumas destinações dos recursos. Mercadante observou que o crédito à AGU permitirá, por exemplo, que o órgão represente a União, judicial e extrajudicialmente, livrando-a assim de arcar com prejuízos em processos judiciais. Os recursos destinados ao INSS, segundo ele, vão ajudar a prevenir e combater a gripe influenza, com a distribuição de vacinas para idosos.

Mesmo concordando com o mérito da MP, senadores da oposição protestaram contra o que consideraram excesso de medidas provisórias enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou sem sentido a votação de medidas provisórias de crédito pelos parlamentares, uma vez que os recursos nelas previstos seriam gastos antes de serem votadas no Congresso Nacional. O líder do PFL, José Agripino (RN), lembrou que, na semana passada, o trancamento da pauta por nove MPs impediu a votação no Senado de

projetos importantes sobre segurança pública. Marconi Perillo (PSDB-GO), tachando as medidas provisórias de “desmedidas”, cobrou a apreciação dos vetos presidenciais a diversas matérias aprovadas pelo Legislativo.

### Pesca

Outra MP que causou polêmica foi a 336/06, que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 385,263 milhões em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades.

O ponto de discordância foi o aporte de recursos destinados à Presidência da República (R\$ 15 milhões), voltados ao desenvolvimento de políticas para o setor pesqueiro. O montante se referia ao pagamento de subvenção econômica ao preço do óleo diesel para embarcações pesqueiras.

Os senadores do Ceará argumentaram que há mais de dez anos o estado pleiteia junto ao governo federal a instalação de uma siderúrgica, mas tem ouvido, como resposta da Petrobras, o argumento de que a estatal não fornece subsídios. Dessa forma, eles não consideravam justo que se votasse uma MP que fornecia subsídios para o setor pesqueiro. Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o texto seria “ofensivo ao povo do estado do Ceará”.

Os senadores governistas, por sua vez, frsaram que os recursos para o setor pesqueiro seriam fundamentais para garantir competitividade ao setor. Além disso, destacaram que a MP prevê uma série de outras questões de fundamental importância, como

o aporte de recursos para os Jogos Pan-Americanos e para a duplicação da ponte do rio São Francisco entre Pernambuco e Bahia, além de obras em outros estados. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) esclareceu que os recursos previstos não tinham relação alguma com a Petrobras e acrescentou que a discussão sobre a siderúrgica, portanto, deveria ser feita em outro fórum, como a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e em outra ocasião.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) propôs que a parte da MP que se referia aos recursos destinados à subvenção da pesca fosse votada em separado, e assim foi feito. No entanto, o governo conseguiu derrubar o destaque e a medida segue à promulgação da forma como foi editada.

### Doação

Outra MP que vai à promulgação é a 334/06, que autoriza a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) a doar ao governo do estado do Amazonas uma área de aproximadamente 1,5 milhão de metros quadrados, localizada na área de expansão do distrito industrial e ocupada pela comunidade denominada Nova Vitória. Com a autorização, o governo estadual poderá realizar obras de urbanização para melhorar as condições de vida das cerca de 6 mil famílias que moram no local.

O relator revisor da matéria foi o senador Arthur Virgílio. Ele registrou que a ocupação da comunidade de Nova Vitória possui problemas de infra-estrutura e de ordem sanitária.

Em discurso no Plenário, líder diz que seu partido se empenhará em investigar a crise no setor aéreo e exigirá o cumprimento de promessas na área da segurança

## PSDB vai “endurecer” na cobrança ao governo Lula, adverte Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), informou ontem, em Plenário, que a banca do seu partido decidiu “encarar de maneira mais dura” o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Para o senador, chegou a “hora da cobrança” quanto às ações do Executivo federal, principalmente nas áreas da aviação comercial e da segurança pública.

– Advirto ao presidente da República que a partir de agora teremos uma conversa em um tom diferente do que tivemos em momentos anteriores – avisou.

Arthur Virgílio anunciou que o PSDB vai se empenhar na investigação dos “fatos visivelmente delituosos ligados à Infraero [Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária]”. Ele afirmou que o chamado apagão aéreo tem prejudicado tanto empresários quanto pessoas doentes e turistas.



De acordo com Arthur Virgílio, o país “não agüenta mais o jogo de empurra”

– Se não aqui, na outra Casa [Câmara dos Deputados] ou nas duas Casas, mas vamos partir para a investigação do que acontece na Infraero – garantiu.

O senador também cobrou do governo federal ações para combater a violência no país. Ele indagou sobre as penitenciárias prometidas pelo ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e

sobre as ações de segurança pública anunciadas pelo presidente da República.

– Nós não agüentamos mais o jogo de empurra. Não agüentamos mais as omissões. O que se fez para enfrentar a horda e a onda de insegurança que abate este país? O que se fez para impedir que aconteçam novos momentos de sobressalto? – indagou.

Virgílio ainda acusou o governo Lula de ser um “governo sem programa, sem projeto, sem linha estratégica, que nomeia por ordem dos partidos”. Segundo o parlamentar, o presidente praticou fisiologismo para definir a reforma ministerial.

– Nomeia para cá se tiver o cargo tal, se não tiver o cargo tal, não aceita. Nomeia para acolá desde que seja “de porteira fechada”, usando linguagem de desrespeito aos princípios republicanos – condenou.

## ACM quer informação sobre licença do Ibama para obras no São Francisco

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou da Mesa do Senado a deliberação sobre requerimento de sua autoria que solicita informações ao Ministério do Meio Ambiente a respeito da decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de conceder licença ambiental para a contratação das obras de transposição das águas do rio São Francisco.

De acordo com o senador pela Bahia, teria havido pressão da direção do Ibama para que a

licença fosse concedida, tendo sido ignorados os procedimentos necessários para a concessão e os pareceres técnicos contrários à transposição.

Antonio Carlos Magalhães adiantou que o presidente da seção sergipana da Ordem dos Advogados do Brasil, Henri Andrade, deve entrar com ação popular no Supremo Tribunal Federal contra o início das obras de transposição.

– Vamos demonstrar que não pode haver essa transposição, que, além de ilegal, é absurda e



Antonio Carlos diz ter havido pressão para iniciar obras de transposição das águas

imoral – assinalou.

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que presidia a Mesa no momento da cobrança feita por Antonio Carlos, assegurou que o requerimento será apreciado hoje.

## Mostra discute uso da informática no setor público

A Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) participou ontem da cerimônia de abertura da 6ª Mostra de Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicações Aplicadas ao Setor Público (TIC 2007). O Prodasen integra o comitê técnico-científico da mostra, que tem por finalidade apresentar as diferentes formas de utilização da tecnologia com vistas a atender às necessidades da sociedade. O

evento será realizado até amanhã, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

O diretor de Infra-Estrutura Tecnológica do Prodasen, Pedro Enéas Mascarenhas, informou que a mostra vai debater o emprego da tecnologia da informação pelo governo em programas voltados às necessidades da sociedade. Ele destacou que o Senado participa do evento com a apresentação da Biblioteca Digital da Casa.

A implantação da biblioteca digital será o tema da palestra que a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, fará hoje, às 16h15, juntamente com o analista de informática do Prodasen Constantin Metaxa Kladis.

O diretor-adjunto do órgão, Deomar Rosado, salientou que a mostra também deve discutir questões relacionadas à evolução das normas de segurança em tecnologia da informação.



Lançamento da obra de Agaciel (E) teve a presença de Renan, Efraim, Sarney e Jobim

## Agaciel analisa o Parlamento em uma coletânea de artigos

Rememorar momentos significativos da história do Senado Federal tanto na perspectiva pessoal como na de construção da cidadania. Essa é a oportunidade aberta pelo livro Tempo de transformação, de autoria do diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, segundo afirmou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, durante o lançamento da publicação.

– Penso que, com sua obra, Agaciel fornece material precioso para uma gama muito variada de interessados, que vai do historiador e do jornalista parlamentar ao público comum – disse Renan.

Autor do prefácio, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim destacou a importância de se respeitar a burocracia interna das instituições para a preservação de sua memória. Assim, comemorou o fato de Agaciel – servidor do Senado há 30 anos – conduzir a Diretoria Geral desde 1995, quando foi nomeado pelo então presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP).

Agaciel Maia explicou que o livro, que contém 77 artigos publicados em jornais, é resultado das grandes conquistas e angústias vivenciadas no Parlamento.

## Congresso abre seminário sobre assessoria legislativa

Com o objetivo de apresentar propostas para qualificar a assessoria legislativa no país, foi aberto ontem, na Câmara dos Deputados, o 2º Seminário Internacional de Assessoramento Institucional no Poder Legislativo. O evento – que contará com a participação de assessores de países como Argentina, Canadá, Estados Unidos, Uruguai e Timor Leste – terá palestras e debates de hoje até a sexta-feira. De acordo com a coordenação, estão inscritas cerca de 1.300 pessoas.

– O processo de elaboração das leis não pode prescindir dos conhecimentos e da experiência de assessores e consultores especializados nos diversos temas

tratados no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais – declarou, durante a solenidade, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Ao reiterar a importância dessa atividade, o senador observou que, no âmbito do Senado, o trabalho é realizado de duas formas: por meio das assessorias dos gabinetes de cada parlamentar e pelas consultorias Legislativa e de Orçamento. Sobre as consultorias, ele afirmou que possuem “um know-how inestimável no que diz respeito às regras do processo legislativo e às mais recentes atualizações em áreas como direito, economia, educação e saúde pública”.



Flexa Ribeiro (D), ao lado de Arlindo Chinaglia, destaca importância do evento

Proposta que reforça ofensiva contra o crime organizado depende ainda do exame da Comissão de Justiça para ser submetida à deliberação do Plenário

## CPF pode ser usado para identificar apostador de loteria

Os apostadores de loterias administradas pela Caixa Econômica Federal poderão passar a ser identificados no ato da aposta, por meio do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Projeto nesse sentido, de autoria de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O senador explica que o objetivo de sua proposta (PLS 322/04) é evitar a possibilidade de lavagem de dinheiro proveniente de caixa dois de empresas ou de atividades ilícitas praticadas pelo crime organizado.

Zambiasi esclarece que a lavagem de dinheiro com a utilização de apostas em loterias funciona quando o real ganhador aceita vender o seu bilhete premiado ao dono da lotérica ou a um dos integrantes do esquema, que pagam quantia superior à do prêmio, transformando assim o dinheiro sujo em dinheiro limpo.

O relator, senador Fernando Collor (PTB-AL), afirma, no parecer favorável, que a proposta vai representar agilidade e transparência nos concursos de loteria, que, na sua avaliação, deixarão de ser utilizados como “máquinas de lavar dinheiro”.

### Isenção de IPI

Na mesma reunião, a CAE discutiu e aprovou parecer pela rejeição do projeto de Paulo Paim (PT-RS) que visava restituir às pessoas com deficiência física e aos profissionais de transporte escolar o direito à isenção do IPI na compra de automóveis nacionais movidos a qualquer combustível.

No parecer, Jayme Campos (PFL-MT) reconheceu o mérito da proposta, mas lembrou que a Lei 10.754, aprovada em 2003, já restituiu o antigo direito a pessoas com deficiência e àqueles profissionais.



Zambiasi quer impedir a legalização de recursos obtidos em atos delituosos

# CAE amplia punição para lavagem de dinheiro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que torna mais rigorosa a punição do crime de lavagem de dinheiro, ao ampliar de dez para 18 anos de reclusão a pena máxima dos condenados pelo delito. A iniciativa também eleva o teto da multa que recai sobre empresas que deixarem de cumprir exigências legais destinadas a garantir a apuração desse tipo de ilícito: hoje no valor máximo de R\$ 200 mil, a multa poderá chegar a R\$ 20 milhões.

As mudanças foram sugeridas pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), relator de quatro projetos sobre o assunto que tramitavam em conjunto na comissão. Depois de intensa polêmica, o substitutivo do senador foi aprovado com supressão de dispositivo que atribuía ao Ministério Público (MP) a função de coordenar e orientar o inquérito policial na apuração do crime de lavagem de dinheiro, função que cabe aos delegados de polícia.

Na elaboração da proposta, Simon reuniu sugestões de três dos quatro projetos. O voto pela aprovação, no entanto, recaiu sobre o mais antigo, o PLS 209/03, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Estavam ainda na



Substitutivo apresentado por Simon eleva pena máxima de dez para 18 anos de reclusão

relação os PLS 225/06, da CPI Mista dos Correios; 48/05, do então senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT); e 193/06, de Romero Jucá (PMDB-RR). Em conjunto, os projetos vão agora ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois, seguem para o Plenário e, se forem aprovados, vão à apreciação da Câmara dos Deputados.

### Submissão

O mecanismo do substitutivo sobre a competência para o inquérito policial, que poderia resultar, no âmbito nacional, na submissão da Polícia Federal ao MP na condução das investigações de crimes de lavagem de dinheiro, teve como principais opositores

Romeu Tuma (PFL-SP) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que a legislação precisa ser modernizada, mas também concordou com a tese de que a Constituição não oferece base para a transferência da titularidade da investigação ao MP. Ele lembrou que a questão da competência concorrente sobre o inquérito está para ser julgada no Supremo Tribunal Federal.

O relator, no entanto, resistiu até o fim à sugestão de retirar o dispositivo, suprimido por emenda de Jucá. Simon defendeu a necessidade de o país adotar o caminho de países europeus e dos Estados Unidos, onde o MP comanda os inquéritos policiais.

## Projeto inova ao extinguir conceito de crime antecedente

O substitutivo que altera a legislação sobre lavagem de dinheiro, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), passa a admitir a punição dessa prática independentemente do crime que deu origem ao dinheiro ou patrimônio ilícito. Essa foi uma das inovações mais importantes do texto produzido pelo relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Na prática, o mecanismo incluído por Simon extingue o conceito de crime antecedente na lavagem de dinheiro. A legislação vigente – Lei 9.613, de 1998 – traz ainda uma lista de delitos que propiciam enriquecimento ilícito e que, depois, são objeto das ações de lavagem. Nessa relação, que deixará de existir se o projeto chegar à aprovação final, estão incluídos como crimes antecedentes, entre outros, o narcotráfico e o tráfico de armas e munição.

### CPI dos Correios

Simon incorporou no substitutivo sugestão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que propõe deixar de lado a especificação dos crimes. Ficam ao alcance de punição, dessa forma, atividades que se destinem a ocultar recursos obtidos ilegalmente, não importando o tipo de delito. Até a legalização de recursos por meio de sonegação de impostos passa a ser classificada como crime de lavagem.

O projeto da CPI dos Correios (PLS 225/06), um dos que foram examinados pelo relator, define como leis de “primeira geração” as que deram início ao combate à lavagem de dinheiro, tendo como alvo principal o crime de tráfico de entorpecentes. As de “segunda geração” ampliaram o rol dos crimes associados e agora, com a “terceira geração”, acaba essa vinculação.

Outra medida inovadora no substitutivo do senador gaúcho visa dar maior garantia aos criminosos que desejam colaborar com a Justiça, na forma da delação premiada. A colaboração será negociada com o juiz e o Ministério Público, mas mantida sob sigilo, em registro separado dos autos do processo, evitando dessa forma a possibilidade de vazamento da identidade.

## Principais pontos da proposição

- Nos casos de prisão preventiva, o réu não poderá obter liberdade provisória mediante fiança nem apelar em liberdade. Porém, na hipótese de admissão da fiança, essa será fixada em quantias proporcionais aos bens, direitos e valores envolvidos na infração, podendo chegar até o valor total estimado na prática criminosa, contribuindo assim para a recuperação dos recursos.
- Com relação à apreensão e ao seqüestro de bens das pessoas e empresas envolvidas, o juiz poderá decretar essas medidas sobre patrimônio que também esteja em nome de terceiras pessoas, situação bem comum nas atividades criminosas. Também inclui a possibilidade de administração temporária dos bens por pessoas físicas e de empresas, bem como a hipótese de doação de bens sem valor econômico a museus ou entidade pública, se houver interesse.
- O substitutivo acrescenta ainda novas pessoas físicas e jurídicas, entre as que estão sujeitas à lei, na lista dos entes obrigados a manter cadastros atualizados de clientes, registros adequados de controle de suas atividades e também de comunicar ao Conselho de Acompanhamento de Atividades Financeiras (Coaf) sobre operações atípicas. Figuras entre esses órgãos as juntas comerciais e os registros públicos, além de pessoas físicas e jurídicas que prestem, mesmo de forma eventual, serviços de assessoria, consultoria, contabilidade, auditoria e assistência em operações econômico-financeiras de qualquer natureza.
- O Coaf passa a ser nomeado como a autoridade que terá precedência para o recebimento de informações sobre operações fora de padrão. Esse órgão passa também a contar com representante do Ministério da Justiça (já tem lugar a Polícia Federal) e do Ministério da Previdência Social.
- O projeto prevê que instituições financeiras e até mesmo a Receita Federal devem assegurar que em seus sistemas não fiquem registrados os nomes de funcionários que tenham feito o cadastramento de operações suspeitas, para garantia dessas pessoas.
- A proposição autoriza o acesso do Ministério Público e da autoridade policial às informações cadastrais da pessoa investigada (que digam respeito à sua qualificação pessoal, filiação e endereço), mesmo sem a autorização judicial, mantidas pela Justiça Eleitoral, por companhias telefônicas e instituições financeiras, bem como por empresas de cartão de crédito e provedores de internet. Uma emenda introduzida na proposta acrescentou o termo “exclusivamente”, após a expressão “informações cadastrais”, diante do temor manifestado por vários senadores da comissão de que o dispositivo desse margem ao acesso, sem autorização judicial, a informações que são protegidas pelo sigilo legal (como, por exemplo, dados de operações financeiras e conteúdos das mensagens telefônicas).

Proposta do relator acatada pelo colegiado inclui a realização de audiências em várias cidades e a formação de um grupo para reunir proposições sobre meio ambiente em tramitação

## Comissão mista do aquecimento global aprova plano de trabalho

A comissão mista destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas contará com um grupo de sistematização.

A medida foi anunciada ontem pelo presidente da comissão, o deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), após aprovação do plano de trabalho elaborado pelo relator do colegiado, senador Renato Casagrande (PSB-ES). O grupo vai reunir as propostas relativas ao meio ambiente que tramitam no Legislativo e ainda poderão ser apreciadas pela Câmara ou pelo Senado.

Alguns dos componentes devem ser o senador Jefferson Péres (PDT-AM) e os deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Entre as matérias a serem agrupadas, Jefferson Péres destacou a PEC que cria o Fundo Ambiental de Desenvolvimento da Amazônia.

O plano de trabalho aprovado pela comissão também prevê a realização de audiências públicas com cientistas brasileiros. A idéia é reunir as sugestões dos pesquisadores em proposições que deverão ser apreciadas pelo

colegiado antes da apresentação do relatório final. O primeiro relatório parcial da comissão deverá ser apresentado em 10 de julho. A segunda versão está prevista para 30 de outubro e o final para 11 de dezembro.

### Audiências setoriais

A comissão também optou pela realização de audiências setoriais em diversos locais do país. Em abril, no dia 2, os parlamentares irão a São José dos Campos (SP) para reunião com cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe) e pesquisadores que participaram do Painel Intergovernamental sobre Mudanças

Climáticas das Nações Unidas (IPCC, sigla em inglês). Ainda em abril, no dia 17, em Brasília, será promovida audiência que deverá contar com a participação dos ministros da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário, e do presidente da Embrapa.

O colegiado também quer ouvir os representantes dos setores florestal, agropecuário, elétrico, de petróleo e gás, de saneamento e de transportes. Para isso, serão realizadas audiências em Brasília e em Belém (11 de maio), Manaus (15 de junho), Cuiabá (17 de agosto) e São Paulo (14 de setembro).



Casagrande (E, ao lado de Eduardo Gomes) tem seu planejamento aprovado na comissão

## Marina deve explicar providências do Brasil contra o aquecimento

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deverá participar hoje, a partir das 9h30, de audiência pública para discutir os efeitos do aquecimento global e as medidas a serem adotadas pelo governo brasileiro em consequência das alterações climáticas.

O subsecretário para Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores, Everton Vieira Vargas, também deve comparecer ao debate requerido por Renato Casagrande (PSB-ES) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

A audiência será promovida conjuntamente pelas subcomissões do Aquecimento Global (que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente) e de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas (no âmbito da Comissão de Relações Exteriores), e pela comissão mista especial destinada a acompanhar, monito-

rar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas.

Divulgado no dia 2 de fevereiro deste ano, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas apresenta projeções de mudanças climáticas até o ano de 2090 que apontam para a elevação da temperatura terrestre, a intensificação de terremotos e tufões e o derretimento das calotas polares.

No Brasil, o aquecimento deverá atingir principalmente a região amazônica, revela o estudo, que contou com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi elaborado por 600 especialistas de 40 países.

De acordo com o painel, uma área que abrange o norte da Bahia, todo o sertão nordestino, boa parte do Pará, Amazonas e Mato Grosso poderá ter um acréscimo de até 1,5°C na temperatura média entre 2020 e 2029.

## Adiada instalação da subcomissão sobre resíduos sólidos

A instalação da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que funcionará no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), foi transferida para a próxima reunião do colegiado. Na ocasião, os senadores irão eleger o presidente e o vice-presidente da subcomissão, cuja criação foi sugerida pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

Propostas de novas metodologias e sistemas a serem adotados pelas prefeituras para o gerenciamento do lixo devem ser elaboradas pela subcomissão, que deverá também debater a elaboração de projetos de reciclagem de materiais e de produção de energia a partir do lixo, segundo informou Cícero Lucena. A subcomissão tem prazo de 12 meses para cumprir seus objetivos.



Presidida por Quintanilha (à esq.), CMA aprova requerimentos de audiências públicas

## Autoridades do setor aéreo são chamadas para esclarecer a crise

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou dois requerimentos, um de Renato Casagrande (PSB-ES) e outro de César Borges (PFL-BA), para ouvir autoridades do setor aeroportuário sobre a atual crise aérea. O presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), convocou reunião administrativa com o objetivo de decidir o número de audiências públicas para discutir o assunto.

O requerimento de César Borges convida o ministro da Defesa, Waldir Pires, e o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito. Renato Casagrande propõe ouvir os presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi; da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), José Carlos Pereira; da Associação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo

(ABCTA), Wellington Rodrigues; e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), Marco Antônio Bologna, além do diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita.

Na justificativa de seu requerimento, Casagrande argumenta que o Senado e a opinião pública do país precisam ter conhecimento claro dos problemas que o setor enfrenta e, principalmente, das providências que as autoridades estão tomando. Ele ponderou que uma audiência com sete pessoas se mostrará "inviável", por isso manifestou sua preferência pela tese de realizar duas oitavas sucessivas.

César Borges observou que há um problema imenso no tráfego aéreo do Brasil, que está afetando até o desenvolvimento do país.

## Preocupado com cartelização, Arns pede parecer sobre o caso Ipiranga

Foi aprovado também pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) que solicita ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que se pronuncie acerca da legalidade da venda das empresas do grupo Ipiranga para o consórcio formado pelo grupo Ultra, a Petrobras e a Braskem.

Conforme o senador, já existem indícios de cartelização no setor de combustíveis, o que estaria prejudicando o consumidor brasileiro, mesmo antes da operação. Com a venda do grupo Ipiranga, a Braskem ficará com 75% da produção brasileira de eteno, também chamado etileno, principal componente básico da produção de polietileno para a indústria de plásticos, o que agride o princípio da livre concorrência, disse Arns.

### Sustentabilidade

A CMA aprovou ainda projeto

de lei do senador Tião Viana (PT-AC) determinando a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental em licitações promovidas pelo poder público. De acordo com o PLS 25/07, as licitações públicas terão, na sustentabilidade ambiental, um critério para o caso de desempate entre as empresas vencedoras, mas também, no caso de potencial dano ambiental, a possibilidade de incluir uma série de requisitos no edital, a serem exigidos dos licitantes para concorrer aos certames.

Segundo o relator ad hoc, senador Sibá Machado (PT-AC), o custo de aquisição de um bem ou serviço ambientalmente sustentável, mesmo quando superior ao de um concorrente que não desfrute dessa característica, será muitas vezes menor que o custo de reparação, na hipótese de ocorrência de dano. O projeto segue para análise, em caráter terminativo, na Comissão de Justiça (CCJ).

## Nascimento deve tomar posse amanhã nos Transportes

Alfredo Nascimento (PR-AM) assumirá novamente o Ministério dos Transportes, segundo confirmação de seus assessores à Agência Senado. Em seu lugar, toma posse na Casa o primeiro suplente, João Pedro Gonçalves da Costa. Nascimento deve ser empossado em cerimônia a ser realizada amanhã, ao lado de outros nomes, como Franklin Martins, que comandará o Ministério da Comunicação Social.

Em 2006, o Amazonas elegeu Alfredo Nascimento, 54 anos, com 629 mil votos (47,49% dos votos válidos), para a vaga deixada pelo ex-senador Gilberto Mestrinho (PMDB). Sua principal bandeira é a manutenção e a estabilidade da Zona Franca de Manaus (Suframa). Ele nasceu em Martins (RN), mas fixou residência em Manaus.

Nascimento foi prefeito de Manaus por dois mandatos consecutivos (1996 e 2000). No segundo mandato, deixou a prefeitura para assumir a pasta dos Transportes, cargo que exerceu entre março de 2004 e março de 2006. Também exerceu diversos postos na administração pública no Amazonas: vice-governador, secretário municipal de Economia e Finanças, superintendente da Suframa e presidente da Empresa de Processamento de Dados do Amazonas (Prodam).



Alfredo Nascimento defende a manutenção e estabilidade da Suframa

## Universitários de Goiás se encontram com Demostenes

Demostenes Torres (PFL-GO) manteve encontro ontem, no auditório do Programa Interlegis, com 35 alunos de Direito da Universidade Universo, de Goiânia. Na oportunidade, o senador mostrou aos estudantes a importância do Parlamento na República, bem como os fundamentos e as características básicas do processo legislativo.

Em visita ao Senado, Romano Prodi afirma que investidores italianos têm interesse em financiar empreendimentos do PAC



Primeiro-ministro italiano, Romano Prodi (E), é recebido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e diversos senadores

## Prodi defende intercâmbio de investimentos entre Brasil e Itália

O primeiro-ministro da Itália, Romano Prodi, revelou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a disposição de investidores italianos de financiarem empreendimentos, inclusive de risco, previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na avaliação de Renan, o Brasil vive um grande momento para atração de investimentos produtivos, propiciado pela manutenção de instituições estáveis, fortes e democráticas.

– Nossa democracia é jovem, mas sólida. O Parlamento, em

especial o Senado, é estratégico na defesa dos pilares democráticos, mas precisa fazer as reformas estruturais demandadas pelo país para tornar o ambiente ainda mais propício a investimentos – declarou Renan Calheiros durante recepção a Prodi e sua comitiva no Salão Nobre da Casa.

Segundo o primeiro-ministro italiano, a ampliação das relações entre os dois países passa pelo intercâmbio de investimentos. Prodi defendeu ainda o fortalecimento dos vínculos entre Europa e América Latina e disse lamentar que

sejam escassas as relações entre instituições culturais italianas e brasileiras.

Dentre os senadores presentes à solenidade, Serys Slhessarenko (PT-MT) indagou sobre a participação feminina no Parlamento italiano. Romano Prodi atestou a escassez de mulheres na atividade parlamentar e se manifestou a favor de uma cota mínima para reverter esse quadro. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou o empenho do premiê italiano pelo restabelecimento da paz no Iraque.

## Renan e Chinaglia recebem Agenda Legislativa da CNI

Em solenidade na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, receberam ontem, do presidente da entidade, deputado Armando Monteiro (PTB-PE), a Agenda Legislativa da Indústria para 2007, documento que lista as proposições legislativas que os industriais brasileiros consideram prioritárias para serem votadas neste ano.

Ao discursar na solenidade, Renan declarou que o Senado vem envidando todos os esforços na aprovação de projetos destinados a garantir maior segurança pública ao país, aperfeiçoando textos legais e trabalhando para inibir a ação criminosa e reduzir a impunidade.

O senador mencionou estudos da Fundação Getúlio Vargas segundo os quais as empresas brasileiras gastaram quase R\$ 20 bilhões com segurança em 2006, fato que, na sua avaliação, influencia negativamente

a competitividade da indústria. Ele afirmou que essas medidas do Legislativo contribuem para, além de estabilizar as relações sociais, reduzir os custos da atividade produtiva.

Renan lembrou que tanto a Lei do Saneamento quanto a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovadas no ano passado, constavam da agenda da indústria para 2006. Ele assumiu também o compromisso de apressar a aprovação das reformas política, tributária, trabalhista e sindical.

Armando Monteiro fez um discurso igualmente otimista em relação ao desempenho do Legislativo para possibilitar que o Brasil avance econômica e socialmente. Ele destacou que observa em vários parlamentares a firme disposição de votar as reformas que o país deseja. Em defesa dessa agenda pró-crescimento, o presidente da CNI disse que o Brasil tem pressa e precisa recuperar o atraso no desenvolvimento.

Arlindo Chinaglia recomendou, da mesma forma, que o Legislati-

vo se concentre em matérias com temas realmente importantes para o país, até para evitar o conflito de interesses.

– Precisamos votar reformas como a da Previdência e a política, por exemplo. Temos que arbitrar os conflitos pensando em um país melhor para todos nós – ressaltou.

### Itens da agenda

Na agenda entregue ontem, a CNI lista como prioritários para votação em 2007 os projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que institui o marco regulatório do gás natural, o que prevê o fortalecimento das agências reguladoras e o que determina uma nova regulamentação para o licenciamento ambiental. Ainda no âmbito do PAC, a CNI informa que apóia medidas que possibilitem investimentos em infra-estrutura, estímulo ao crédito, melhoria do ambiente institucional para investimento, desoneração da atividade econômica e aperfeiçoamento tributário.

## Juizes pedem pressa na criação de varas federais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer), juiz Charles Renaud Frazão de Moraes, e outros magistrados, que vieram pedir pressa do Legislativo na votação de projeto que cria mais 230 varas da Justiça Federal em todo o país.

Os juizes alegraram a Renan e ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que as varas hoje existentes são insuficientes para atender à demanda crescente de processos relacionados ao tráfico de drogas, ao contrabando de armas e às demandas previdenciárias.

O projeto (PL 5.829/05), do Superior Tribunal de Justiça, tramita em regime de prioridade na Câmara dos Deputados. O presidente do Senado mostrou compreensão com o pleito dos juizes e assegurou que, quando a matéria chegar à Casa, será rapidamente submetida a exame.

## Mares Guia nega que governo trabalhe por manutenção de veto

Em entrevista à imprensa após o encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e com os senadores governistas Romero Jucá (PMDB-RR), Roseana Sarney (PMDB-MA) e Ideli Salvatti (PT-SC), o ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, negou que o governo esteja trabalhando pela manutenção do veto à Emenda 3 ao projeto que cria a Super-Receita. Ele fez ontem sua primeira visita ao Congresso como titular da pasta.

A emenda, que proíbe os auditores da Receita Federal de autuarem empresas que contrataram prestadoras de serviço constituídas por uma única pessoa, no caso de irregularidades, foi vetada pelo governo, o que fez com que a oposição se mobilizasse pela derubada do veto. O governo, então, respondeu enviando ao Congresso um projeto de lei alternativo, que mantém o poder de fiscalização da Receita mas garante à empresa autuada o direito de defesa.

– Estamos preparando alternativas para encontrar a melhor solução – disse Mares Guia.

Senado saúda Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela Campanha da Fraternidade deste ano, que visa alertar a sociedade para agressões ao meio ambiente

## Homenagem à CNBB por campanha em favor da Amazônia

O Senado Federal prestou ontem uma homenagem à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema “Fraternidade e Amazônia – Vida e missão neste chão”. O requerimento propondo a homenagem foi apresentado pelos senadores Flávio Arns e José Nery e apoiado por outros parlamentares. O cônego José Carlos Dias Toffoli, representando a CNBB, compôs a Mesa da sessão especial, presidida pelo senador Antônio Carlos Valadares. Outros religiosos também estiveram presentes no Plenário. O cantor e tecladista Ariosto Lopes interpretou,



Religiosos e parlamentares participam de sessão especial realizada no Plenário do Senado

Roosevelt Pinheiro

no início da sessão, o hino oficial da campanha e, ao final, a música Planeta água, de Guilherme Arantes. Todos os discursos proferidos no evento foram traduzidos simultaneamente para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Realizada anualmente durante a quaresma, a Campanha da Fraternidade deste ano tem o objetivo de alertar as pessoas para o processo de degradação da Amazônia, bem como, segundo o

site da CNBB, “conhecer a realidade em que vivem os povos da Amazônia, sua cultura, seus valores e as agressões que sofrem por causa do atual modelo econômico e cultural”.

site da CNBB, “conhecer a realidade em que vivem os povos da Amazônia, sua cultura, seus valores e as agressões que sofrem por causa do atual modelo econômico e cultural”.

### Importância e atualidade do tema escolhido para este ano mereceram destaques em Plenário

Senadores lembram alertas sobre aquecimento global e ressaltam papel de conscientização social desempenhado pelas campanhas da fraternidade



A ATUALIDADE DO TEMA escolhido para a Campanha da Fraternidade de 2007 foi destacada por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A preservação ambiental, ressaltou, é uma preocupação mundial, principalmente após os alertas de que o aquecimento global ameaça a sobrevivência da espécie humana no planeta.



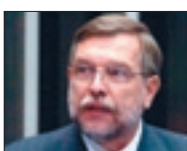
“A AMAZÔNIA É NOSSA, como é nossa a responsabilidade de cuidar desse imenso patrimônio.” A afirmação foi feita por Cristovam Buarque (PDT-DF), que propôs à CNBB apoiar uma “campanha maior”, que chamou de “Educação Já!”, para “proteger a natureza e zelar pela educação a todos os brasileiros”.



A DESTRUIÇÃO DE FLORESTAS para plantação de soja foi condenada por José Nery (PSOL-PA). Para o senador, a campanha da CNBB fará com que a preservação da Amazônia seja debatida “em todos os cantos do país”, levando a região a ser reconhecida como “o maior patrimônio brasileiro”.



AO ELOGIAR O TRABALHO da CNBB, “que chama o Brasil à reflexão” sobre a Amazônia, Sibá Machado (PT-AC) disse esperar que a iniciativa contribua para a construção de um novo modelo mais justo e sustentável de exploração da região, que tem sua história marcada “de sangue, suor e lágrimas”.



UM CONVITE À REFLEXÃO sobre a Amazônia: assim Flávio Arns (PT-PR) classificou a Campanha da Fraternidade deste ano. A região, disse, atrai a atenção mundial e apresenta uma realidade na qual a pobreza do povo contrasta com a exuberância da natureza e com a riqueza do subsolo.



A PROPOSTA DE INTERNACIONALIZAÇÃO da Amazônia foi considerada “extremamente grave” pelo líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). Ele sugeriu chamar representantes da empresa norte-americana Arkhos Biotech, apontada pelo senador como autora da proposta, para prestar esclarecimentos ao Senado.



AO HOMENAGEAR DOM IVO Lorscheiter, ex-presidente da CNBB falecido em março, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o tema “Fraternidade e Amazônia” é um “grito contra a cobiça internacional”. O senador registrou ainda sua alegria pela nomeação do gaúcho dom Odilo Scherer para a Arquidiocese de São Paulo.



O PAPEL DE CONSCIENTIZAÇÃO social desempenhado pelas campanhas da fraternidade foi ressaltado por Paulo Paim (PT-RS), que lembrou temas já priorizados, como a situação do negro no Brasil (1988), o desemprego (1999), as drogas (2001) e a inclusão das pessoas com deficiência (2006).



AS ÁGUAS, A VIDA VEGETAL, os animais e os seres humanos da Amazônia merecem o respeito e a atenção de todos os brasileiros, ressaltou Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele lembrou Chico Mendes e Dorothy Stang, que “deram a vida à causa da solidariedade e da utilização da Amazônia da maneira mais adequada possível”.



“O BRASIL E TODA A HUMANIDADE perderiam com a destruição da Amazônia”, opinou Inácio Arruda (PCdoB-CE), em discurso durante a sessão de homenagem à CNBB. O senador defendeu a ocupação racional da região pelos brasileiros como forma de proteção da natureza e da soberania nacional.



AMEAÇAR O PATRIMÔNIO BIOLÓGICO e cultural amazônico “é o mesmo que queimar o futuro”, afirmou Jayme Campos (PFL-MT) durante sessão de homenagem à CNBB. A Campanha da Fraternidade deste ano, disse, “lança luz e uma perspectiva espiritual ao debate sobre a sobrevivência da floresta e de suas populações”.



A FIM DE AJUDAR a conter a aceleração das mudanças climáticas, Aloizio Mercadante (PT-SP) propôs a criação de um fundo para financiar ações de preservação do meio ambiente no Brasil. A sugestão do senador é instituir um imposto sobre as importações, principalmente sobre produtos que causam danos ambientais.



POR SER UM PRESENTE DE DEUS ao homem, a Amazônia deve ser protegida com todo o cuidado, destacou o senador Mão Santa (PMDB-PI). O parlamentar elogiou a iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e lembrou o amor de São Francisco de Assis pela natureza.



UM APELO À LIBERAÇÃO de recursos para realizar o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia foi feito por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que solicitou à CNBB, por meio do secretário-executivo José Carlos Dias Toffoli, que apóie seu pedido, em nome dos povos amazônidas.



A PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA estará condenada ao fracasso se não forem oferecidas condições de sobrevivência à população local, opinou Renato Casagrande (PSB-ES). Ele destacou a necessidade de ampliação da vigilância, pelo governo federal, visando inibir o desmatamento na região.



A “GRANDE SINTONIA COM a realidade” demonstrada pelas campanhas da fraternidade foi elogiada por Marco Maciel (PFL-PE). O senador ressaltou que “a Amazônia é a maior vítima” do aquecimento global e, por isso, sua preservação, “que antes era um desejo, agora é uma necessidade”.